

PROCESSO - A.I. Nº 020176.0309/02-8
RECORRENTE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES JOLIM LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0241-03/02
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 08/10/02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0375-11/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. MERCADORIA DESTINADA A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Neste caso, equiparando-se a contribuinte não inscrito, o pagamento do imposto devido sobre as operações subsequentes deve ser exigido quando do ingresso das mercadorias no território deste Estado. Correto e fundamentado o julgamento recorrido. Recurso. **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 26/03/2002, lavrado no trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$2.309,16 e multa de 60% em decorrência da aquisição de mercadorias por estabelecimento de contribuinte com a inscrição suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada.

O autuado tempestivamente ingressa com defesa, fls. 20 a 21 e alega as seguintes razões de fato e de direito:

1. Que teve sua inscrição estadual cancelada devido a empresa contratada não ter solicitado a instalação do ECF, dando assim margem para tal procedimento;
2. Informa que no dia 13/03/2002 deu entrada na Inspetoria de Alagoinhas no pedido de uso ou de cessação de uso de equipamento para controle fiscal, tendo sido solicitado a reativação da inscrição, o que não ocorreu, gerando o presente Auto de Infração, treze dias após o pedido de reativação da inscrição.

O autuante presta informação fiscal, fls. 17 a 18, e mantém o Auto de Infração, pois somente após o cancelamento da inscrição em 13/03/2002 é que o contribuinte ingressou com o pedido de uso do ECF. Aduz, que a repartição fiscal, obviamente, precisou de prazo razoável para a análise do processo, com vistas a verificar se este atendia às exigências regulamentares, pois só após este procedimento a inscrição poderia ser reabilitada. Contudo, o contribuinte somente após dois dias do pedido de reativação efetuou compras, quando ainda se encontrava com sua inscrição cadastral cancelada.

A 3ª Junta de Julgamento Fiscal do CONSEF, após analisar as peças processuais, fundamenta e prolata o seguinte voto:

“Trata-se de Auto de Infração lavrado na fiscalização do trânsito de mercadorias que exige ICMS em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda, através da Nota Fiscal nº 284.439,

emitida pela empresa Teka Tecelagem Kuehrinch S/A, em 15/03/2002, por contribuinte com inscrição cadastral cancelada.

O cancelamento da inscrição foi efetuado de acordo com a legislação e decorreu da falta de instalação e uso do equipamento emissor de cupom fiscal – ECF, de uso obrigatório, no estabelecimento. O cancelamento da inscrição ocorreu em 25/02/2002 e somente em 13/03/2002, o autuado ingressou com pedido de regularização da mesma, acompanhado do pedido de uso do ECF.

O RICMS/97 prevê no § 5º, do art. 173, que para requerer a reinclusão de inscrição que se encontra cancelada nos termos do inciso XIII, do art. 171 (não uso do ECF), o contribuinte apresentará o DIC na repartição fazendária da atual circunscrição do estabelecimento, juntamente com o Pedido de Uso ou Cessação de Uso de Equipamento para Controle Fiscal, de que trata o art. 762.

No caso, o contribuinte encontrava-se com sua inscrição cancelada no cadastro estadual, na data da autuação, equiparando-se a contribuinte não inscrito, portanto o pagamento do imposto devido sobre as operações subsequentes deve ser exigido quando do ingresso das mercadorias no território deste Estado.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.

Inconformado com o resultado do julgamento realizado pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal , interpõe Recurso Voluntário quanto ao Acórdão nº 0241-03/02 o autuado.

Ratifica integralmente as razões já apresentadas e aduz o seguinte: “Que antes de adquirir as mercadorias constantes da nota fiscal deste Auto de Infração, ligou para a INFAZ de Alagoinhas, recebendo a informação positiva de que já poderia movimentar a empresa.

Tais precauções foram tomadas face ter sido autuada na semana anterior a este fato, e não querer que o mesmo se repetisse, o que infelizmente ocorreu, em face de uma informação incorreta dada pelo funcionário do Fisco Estadual.

Requer a improcedência do Auto de Infração.

A PROFAZ examina o Recurso, afirma que o mesmo nada apresenta que possa alterar o julgamento recorrido, e opina pelo NÃO PROVIMENTO.

VOTO

Realmente neste Recurso Voluntário nada se apresenta para que possa ser alterada a resolução recorrida.

Deveria o recorrente apresentar uma declaração da INFAZ citada, para pelo menos comprovar o alegado de que comunicou o fato e foi orientada pela mesma. Argüir sem comprovar, de nada vale.

Concordo com a PROFAZ e voto pelo NÃO PROVIMENTO.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **020176.0309/02-8**, lavrado contra **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES JOLIM LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.309,16**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PROFZ